

# BANCÁRIOSRO



www.bancariosro.com

Informativo do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia - Março e Abril de 2017

## 28 DE ABRIL GREVE GERAL

### OU É O FIM DOS SEUS DIREITOS!

*O Sindicato convoca os bancários e trabalhadores do ramo financeiro a participarem da Greve Geral que vai parar o país no dia 28 de abril. Vamos dar o nosso recado para o governo ilegítimo de Michel Temer e sua base de parlamentares corruptos no Congresso. Essa é a única forma de derrotar a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização.*

*Veja mais nas páginas internas desta edição.*

#### Mulheres serão as mais prejudicadas pela reforma da Previdência

A reforma quer igualar homens e mulheres, mas, considerando a dupla jornada, elas trabalharam, em 2014, oito horas a mais por semana do que os homens. O excedente corresponde a 66 dias (mais de dois meses) de trabalho. Isso significa que, em média, com 25 anos de trabalho, que é o mínimo requerido para elas se aposentarem, as mulheres já teriam cumprido quase 30 anos.

#### Enfraquecimento da luta dos trabalhadores

Se a terceirização sem limites virar lei, os bancos poderão substituir os bancários – hoje organizados em sindicatos fortes e com uma CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) nacional – por terceirizados, representados por sindicatos muitas vezes sem compromisso com a base. O resultado disso é o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora, com perda de sua representatividade nas negociações com os patrões.

#### Morrer sem se aposentar

A idade mínima de 65 anos, prevista na reforma da Previdência de Temer, fará com que os brasileiros morram sem se aposentar. Os mais prejudicados serão os que começaram a trabalhar mais cedo. Também torna a aposentadoria integral quase um milagre porque exige 49 anos de contribuição para que o trabalhador tenha direito ao teto do benefício.

#### Valores menores das aposentadorias

Hoje o valor é 70% + 1% por ano de contribuição. Com a reforma de Temer será 51% + 1% por ano de contribuição. A base de cálculo é 80% do valor das maiores contribuições; com a reforma será o valor médio das contribuições de toda a vida do trabalhador (até as de salários mais baixos, de início de carreira).

#### Terceirização pode acabar com concursos públicos

Se tudo pode ser terceirizado, de acordo com projeto de lei aprovado pelos deputados federais em 22 de março, por que fazer concurso público? Da maneira como foi aprovado, o PL dá margem para que instituições públicas terceirizem, inclusive os bancos públicos.

#### Férias, jornada, PLR, tudo ameaçado

A reforma trabalhista de Temer prevê o negociado sobre o legislado. Isso é uma ameaça a vários direitos hoje previstos na CLT, como parcelamento das férias; jornada; PLR; intervalo intrajornada; plano de cargos e salários; banco de horas; trabalho remoto; remuneração por produtividade; registro de jornada de trabalho. Imagine essa realidade somada a um quadro de sindicatos enfraquecidos como consequência da terceirização sem limites!

#### Adeus, 13º, licença-maternidade...

O PL da terceirização aumenta a rotatividade. Os trabalhadores vão ficar passando de um emprego a outro em contratos de poucos meses, e não terão mais direito a férias, 13º, aviso prévio, licença-maternidade e nem FGTS.



**NÃO À TERCEIRIZAÇÃO! NÃO À REFORMA TRABALHISTA! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA! NENHUM DIREITO A MENOS!**



## PROMESSA

## Deputados e senadores de Rondônia dizem ser contra a reforma da previdência

A manhã do dia 20/3 foi marcada por dois grandes eventos que debateram a reforma da previdência e que contou com presença maciça de milhares de servidores públicos, trabalhadores em geral, sindicatos de várias categorias e parlamentares federais, estaduais e municipais.

O primeiro aconteceu na sede do Sintero (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Rondônia), onde mais de duas mil pessoas ouviram o compromisso dos deputados federais Marcos Rogério (DEM), Expedito Neto (PSD), Lindomar Garçon (PRB) e Nilton Capixaba (PTB), e dos senadores Valdir Raupp (PMDB) e Acir Gurgacz (PDT), de votar contra o texto atual da Proposta de Emenda Constitucional 287 (PEC 287) que representa um ataque aos direitos dos trabalhadores e o fim da própria previdência social.

Os deputados federais Luiz Cláudio (PR), Lúcio Mosquini (PMDB) e Marinha Raupp (PMDB) enviaram justificativa sobre a ausência. Já a deputada federal Mariana Carvalho (PSDB) não respondeu ao convite.

Em seguida os parlamentares seguiram para a Assembleia Legislativa do Estado, onde aconteceu uma audiência pública proposta pelo deputado estadual Anderson do Singeperon (PV - Porto Velho). Ali eles também reafirmaram seu posicionamento contrário à aprovação do texto enviado pelo Palá-

cio do Planalto ao Congresso Nacional.

Na ALE-RO a representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfipe), Isabel Elias Pereira, realizou exposição explicando os pontos da reforma proposta pelo governo, salientando que há possibilidade até de que benefícios podem ser inferiores ao salário mínimo.

Isabel contestou o déficit na previdência, pois o governo em momento algum divulga o valor e os devedores do sistema. Ela destacou que a arrecadação em todo o sistema previdenciário foi de R\$ 687,8 bilhões em 2015. Somente em 2015, segundo ela, o superávit foi de R\$ 11,1 bilhões.

Dirigentes do SEEB-RO acompanharam os dois encontros públicos e disseram esperar que os membros da bancada federal rondoniense mantenham e cumpram seu compromisso de votar contra essa iniciativa nefasta do governo ilegítimo de Michel Temer.

"Esperamos que os deputados federais e senadores, que se disseram contra essa reforma, cumpram sua palavra, pois como representantes eleitos pelo povo, tem obrigação de se opor a qualquer projeto que ataque ou retire direitos dos trabalhadores. É essa a vontade atual do povo, de que essa reforma absurda e desumana seja totalmente barrada", mencionou José Pinheiro, presidente do SEEB-RO.



## REFORMA TRABALHISTA

## Ministra do TST diz que proposta trará precarização e não empregos

Em audiência pública da comissão especial da Câmara que trata da reforma trabalhista, no dia 16 de março, a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirmou que a proposta do governo trará precarização em vez de postos de trabalho.

"Em lugar nenhum do mundo, as reformas geraram empregos; ao contrário, geraram a precarização de empregos", disse a magistrada, para quem os argumentos do governo contêm "grandes inverdades".

Outra "inverdade", segundo ela, seria dizer que a legislação é obsoleta. A juíza afirmou que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já teve 75% dos artigos alterados, preservando direitos básicos. Delaíde também contestou a afirmação de que a prevalência de acordos coletivos sobre a legislação seria benéfica aos trabalhadores.



De acordo com a ministra, o "negociado sobre o legislado" já existe, mas para negociar benefícios adicionais. "A saída para a crise tem que ser encontrada na economia, não na precarização do trabalho", afirmou, vendo um momento político pouco apropriado para discutir uma reforma dessa natureza.

Delaíde também fez referência a um ataque do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), à Justi-

ça do Trabalho, quando o deputado disse que esse ramo do Judiciário "nem deveria existir". Ela citou artigo de outra ministra do TST, Kátia Magalhães Arruda, para quem o que não deveria existir seria "pobreza, discriminação, corrupção, intolerância, abuso de poder, autoridades que falam e agem contra os princípios e regras constitucionais".

Rede Brasil Atual

## Terceirização deixará população mais pobre

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgou, no dia 23/3, uma nota de repúdio ao Projeto de Lei (PL) 4.302, aprovado na noite anterior na Câmara dos Deputados, que permite às empresas terceirizar todos seus setores de atividade. Segundo o texto, o projeto agrava o desemprego e rebaixa os salários e condições de trabalho.

"A proposta, indubitavelmente, acarretará para milhões de trabalhadores no Brasil o rebaixamento de salários e de suas condições de trabalho, instituindo como regra a precarização nas relações laborais", afirmam os magistrados.

Além disso, a associação chama a atenção para a alta rotativi-

dade que acomete os trabalhadores terceirizados.

«(Os terceirizados) trabalham em média 3 horas a mais que os empregados diretos, além de ficarem em média 2,7 anos no emprego intermediado, enquanto os contratados permanentes ficam em seus postos de trabalho, em média, por 5,8 anos», critica.

A Anamatra afirma que o PL

4.302 não é "de interesse da população, convicta ainda de que a medida contribuirá apenas para o empobrecimento do país e de seus trabalhadores".

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA é uma entidade que representa cerca de 4 mil juizes do Trabalho.

Rede Brasil Atual





# TERCEIRIZAÇÃO

## AFETA CONCURSOS PÚBLICOS E BANCÁRIOS ESTÃO ENTRE OS PRINCIPAIS PREJUDICADOS

O Projeto de Lei da Terceirização aprovado no dia 22 de março, pela Câmara dos Deputados, e sancionado por Michel Temer na sexta-feira 31, além de ilegal, imoral e inconstitucional, pode ser o fim do concurso público. Essa é a avaliação do procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Ronaldo Fleury, que explica: "Não vai ter mais concurso público porque todos esses serviços poderão ser terceirizados", disse em entrevista ao Brasil de Fato.

Da forma como foi aprovado, o projeto lei não especifica que apenas as pessoas jurídicas de direito privado estão liberadas para contratar terceirizados em todas as atividades. Ao não fazer essa ressalva, a lei dá margem para que também as pessoas jurídicas de direito público (a administração pública direta) possam implantar a terceirização, inclusive em setores essenciais.



Dentro deste cenário prejudicial aos trabalhadores, os concursos públicos podem ser afetados em empresas públicas federais e estaduais como: Bancos Públicos (Caixa, Banco do Brasil, entre outros); Petrobras, Detran, Correios, agências reguladoras, INSS, Magistério e profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, entre outros).

O secretário-geral da Contraf-CUT, Carlos de Souza, explica que as empresas públicas irão preferir contratar terceirizados, ao invés de fazer concursos públicos.

"Determinados serviços dentro da categoria bancária serão ocupados pela terceirização, como o setor de caixa, por exemplo. Hoje passamos por um ataque aos bancos públicos e aos funcionários das instituições. O governo golpista de Temer tem demonstrado seu interesse em privatizar e reduzir o papel dos bancos públicos", afirma.

O secretário ainda alerta, "A perspectiva agora, é ainda pior, com menos concursos públicos. Os efetivos não estão sendo implementados, pessoas já aprovadas não estão sendo nem chamadas. As vagas não são repostas e com este horizonte, a possibilidade de outros concursos, pelo visto, nem pensar. Um imenso retrocesso", reforça.

Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa do Banco do Brasil, explica que não só as agências, mas muitos outros setores dos bancos serão afetados pela terceirização.

"A terceirização da atividade-fim, além de colocar em risco o emprego de milhares de funcionários do Banco do Brasil, acaba com os concursos públicos, uma vez que es-

tabelece de vez a redução de funcionários no BB. Se hoje, com a intenção do banco de reduzir funcionários com planos de incentivo à saída, já se cancelou concursos, com a entrada de terceirizados em setores internos e agências, o problema se agravará. Vários setores como Centros de Apoio aos negócios, engenharias e até agências poderão sofrer com a 'pejotização', mais ainda do que já sofrem. E a conta é simples, para cada terceirizado que entra, é um concursado a menos", critica.

Para Dionizio Reis, coordenador do CEE (Comissão Executiva dos Empregados) da Caixa, esse Projeto de Lei 4302/98 só serve aos interesses de quem já havia querendo reduzir o papel dos bancos públicos. "A partir do momento que permite a contratação de terceirizados em todas as atividades do banco, reduzindo e eliminando a necessidade de concurso público, precariza todas as atividades como, por exemplo, dos caixas, dos gerentes e outros, precarizando o atendimento à população. Reduzindo, desta forma, o papel destes bancos nos seus serviços à população", explicou Dionizio.

*Contraf-CUT com Brasil de Fato e agências*

### OPINIÃO

Advogado Elton Assis, que assessora o SEEB-RO, diz que Terceirização é um grande retrocesso

O advogado Elton Assis, que faz parte do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados (que responde pelas ações judiciais impetradas pelo Sindicato) e que representa Rondônia no Conselho Federal da OAB-RO, é mais um renomado especialista em Direito que é contra o projeto de Lei 4302/98, aprovado pela Câmara dos Deputados e que permite a terceirização e quarteirização ampla, geral e irrestrita das relações de trabalho.

"Manifesto meu total posicionamento contrário ao projeto, e a imensurável preocupação com a falta de diálogo e com os retrocessos sociais que, de inopino, advirão com a inovação do ordenamento jurídico no sentido pretendido, única e exclusivamente voltado para privilegiar apenas o interesse público secundário (Estatal), em detrimento do cidadão

brasileiro", pontua Elton Assis.

Segundo Assis, a terceirização representa a precarização do trabalho, face à fragilização dos trabalhadores ante o poder econômico, e um Estado de Direito deve observar a segurança jurídica, e se abster de inovar o ordenamento jurídico para restringir e comprometer garantias fundamentais conquistadas. "A terceirização fragiliza a representação sindical, fazendo com que os trabalhadores percam força perante os empregadores, tornando-se vítimas fáceis de abusos na relação capital-trabalho", destaca.

Elton Assis reitera o compromisso da OAB com o cidadão, e solicita o apoio de toda a sociedade civil. "O Projeto é uma afronta aos princípios constitucionais trabalhistas, e não podemos aceitar".

*SEEB-RO com Ascom OAB/RO*





## SINDICATO EM AÇÃO

Bancários de Rondônia se unem a milhares em protesto contra reforma da previdência



Milhares de trabalhadores, sindicalistas e população em geral tomaram as ruas do Centro de Porto Velho na manhã do dia 15 de março, no Dia Nacional de Greve em protesto contra a reforma da previdência (PEC 287/2016) que ameaça a aposentadoria de milhões de brasileiros e que está prestes a ser votada pelo Congresso Nacional a toque de caixa pelo forte interesse do governo Michel Temer.

Aliado a inúmeros sindicatos e centrais sindicais, representantes dos movimentos rurais, servidores públicos e estudantes, o SEEB-RO levou às ruas faixas com repúdio às tentativas de ataque aos direitos dos trabalhadores conquistados com muitos anos de luta. Além da reforma da previdência, o foco dos protestos dos bancários também se concentrava nas propostas de terceirização sem limites, a precarização do emprego e o fim da Justiça do Trabalho.

“Esse governo e seus cúmplices, que se apropriaram do país de forma ilegítima, não tem autoridade moral alguma para mexer na nossa aposentadoria. Este governo golpista está com uma fome gigantesca de retirar os direitos conquistados da classe trabalhadora, é uma vontade sem limites de massacrar o trabalhador brasileiro, e isso não vamos permitir. Essa é a hora de unirmos forças para lutar contra esses ricos e poderosos que só visam os seus interesses em detrimento à figura humana, em detrimento ao povo mais sofrido”, disse em seu discurso o presidente do SEEB-RO, José Pinheiro.

O ato de protesto começou às 9 horas, com concentração na Praça da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e seguiu pelas principais ruas do Centro, chegando à frente da gerência regional do INSS e em frente à Assembleia Legislativa.



## LUTA

## Bancários de Rondônia saem das agências para protestar contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e por nenhum direito a menos

Sair de dentro das agências e ir para fora lutar contra as reformas nefastas do Governo Federal que objetivam acabar com a previdência social e retirar direitos dos trabalhadores conquistados em décadas de luta. Foi essa a iniciativa colocada em prática por bancários rondonienses na manhã do dia 31/3, no Dia Nacional de Mobilização contra a Reforma da Previdência, a Reforma Trabalhista, a Terceirização e por nenhum direito a menos que aconteceu, simultaneamente, em todo o país.

A concentração geral se deu em frente ao prédio da Caixa Econômica Federal, na avenida Carlos Gomes, Centro de Porto Velho, onde funciona a agência Madeira-Mamoré (a maior do Estado) e a Superintendência Regional do banco. No local, dirigentes do SEEB-RO se uniram a empregados da Caixa (e de outros bancos públicos e privados) para um ato de protesto que retardou em uma hora a abertura da agência.

Munidos de carro de som, roupas pretas (em alusão à morte dos direitos trabalhistas) os bancários deixaram bem claro sua indignação com as medidas anunciadas, propostas e fortemente defendidas pelo governo ilegítimo de Michel Temer e que representam ataques velados aos trabalhadores em geral, a exemplo da terceirização sem limites (recentemente aprovada pelos aliados do governo), pela reforma da previdência e reforma trabalhista.

O ato, convocado pela CUT, Confraf e federações, foi o primeiro passo rumo à construção nacional da Greve Geral, agendado para o dia 28 de abril em todo o país.

“Pois eu vou sair do meu trabalho no dia 28 e vou pra rua lutar pelos meus direitos, nem que seja descontado um dia de falta ao trabalho. É melhor perder um dia de trabalho do que perder meus direitos e trabalhar o resto da vida para nem poder me aposentar”, disse Alcides Filho, um dos empregados da Caixa



que participaram do manifesto.

O presidente do Sindicato, José Pinheiro, foi enfático ao afirmar que as medidas que o governo Temer quer impor goela abaixo da sociedade servem apenas para matar 'a fome voraz' dos mega empresários e banqueiros, exatamente aqueles que 'patrocinaram' o golpe que permitiu a ascensão deste governo.

“Conseguimos impedir, por dois anos seguidos, a aprovação do PL 4330, mas pegaram, a toque de caixa, um projeto que estava engavetado há mais de uma década e aprovaram numa pressa jamais vista, tudo isso para permitir a terceirização e, conseqüentemente, precarizar o trabalho, penalizar os trabalhadores e conseguir retirar todos aqueles direitos que foram conquistados com muita luta durante décadas. Por isso não podemos ficar de braços cruzados e temos que ir para a rua, unidos, lutar contra esse monstro sedento que quer acabar com o trabalhador brasileiro”, mencionou Pinheiro.

O diretor de Formação Sindical e Política do Sindicato, Cleiton dos

Santos, disse que toda a categoria de trabalhadores deve estar em mobilização permanente para combater essas sucessivas ameaças aos direitos, pois somente assim é que há uma chance de impedir que este ataque sorrateiro contra os trabalhadores seja impedido.

“Vamos sair de casa, do trabalho, de onde quer que você esteja, e vamos para a rua manifestar nossa indignação e não aprovação de tudo isso aí que está acontecendo e que pode acontecer para acabar com os nossos direitos. Com a aprovação dessas medidas todos seremos atingidos, pois com a precarização do trabalho, os salários mais achatados, e com menos dinheiro girando na economia, menor será a arrecadação do governo federal e, conseqüentemente, menores serão os recursos para investimentos na saúde e na segurança pública. Ou seja, não é apenas uma questão de direitos, de justiça ou de economia, pois já se tornou um caso de vida ou morte. As nossas vidas, as vidas de nossos filhos e das futuras gerações”, disparou.





## POR UNANIMIDADE

# Contas de 2016 aprovadas em assembleia



Atendendo a convocação Estatutária, o Conselho Fiscal - formado pelos bancários Ana Lúcia Batista Lopes (HSBC), Clemente da Silva Júnior (Bradesco) e Valdir Correia (Santander) - se reuniu, no dia 31 de março, para concluir a análise dos documentos contábeis e relató-

rios analíticos e financeiros do exercício 2016, e do plano orçamentário para 2017 do Sindicato.

Após a minuciosa análise, os conselheiros aprovaram, por unanimidade, as contas da entidade sindical e recomendaram a aprovação à diretoria executiva, que também

estava reunida, no mesmo dia, para reunião estatutária e planejamento.

Em seguida, conforme edital de convocação, os bancários presentes à sede do Sindicato, aprovaram por unanimidade as contas do Sindicato do ano de 2016.

## Veja quais deputados federais de Rondônia traíram os trabalhadores

Três dos oito deputados federais de Rondônia traíram os trabalhadores ao votar a favor do Projeto de Lei 4302/98, que permite a terceirização em todas as áreas e que representa a precarização do emprego e a extinção de muitos direitos conquistados pelos trabalhadores em décadas de luta.

São eles Lindomar Garçon (PRB), Nilton Capixaba (PTB) e Marinha Raupp (PMDB). Além disso, os deputados Lúcio Mos-

quini (PMDB) e Luiz Cláudio (PR) acabaram colaborando com a aprovação do PL, ao não participar da sessão de votação.

"Estão aí os nomes dos verdadeiros traidores do povo, aqueles que foram eleitos para representar os interesses do povo, mas que viraram as costas para o povo, e votam somente pensando em seus próprios interesses. São esses os deputados que agora vão responder pela precarização total do seu

emprego, pois você, que tem um emprego com carteira assinada, poderá vir a ser um terceirizado no futuro, trabalhando bem mais e ganhando bem menos, sem direito a férias, 13º salário e outros direitos que a CLT garantia. Portanto não esqueça esses nomes, pois no ano que vem tem eleições, e você terá a chance de extirpar esses traidores do povo da vida pública", menciona José Pinheiro, presidente do Sindicato.



**NILTON CAPIKABA  
(PTB)**



**MARINHA RAUPP  
(PMDB)**



**LINDOMAR GARÇON  
(PRB)**

## SANTANDER

## Justiça determina reintegração imediata de bancária do Santander portadora de LER/DORT

A Justiça do Trabalho, em sentença proferida no dia 28/3, determinou que o banco Santander reintegrasse ao seu quadro funcional uma bancária que foi demitida em dezembro do ano passado mesmo sendo portadora de doença ocupacional (LER/DORT) e que, no momento da dispensa injustificada, estava em tratamento médico.

Naquele momento, o SEEB-RO, ao homologar a rescisão, fez uma ressalva, tendo em vista que a bancária, no momento da demissão estava, na realidade, inapta para exercer as atividades laborais e o banco tinha total ciência desta realidade. A situação é tão grave que a bancária continua fazendo tratamento médico e corre sério risco de ter que ser submetida a procedimento cirúrgico.

O Juiz do Trabalho Substituto da 3ª Vara do Trabalho de Porto Velho, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Fernando Sukeyosi, diante de tantos documentos e evidências irrefutáveis que comprovam o quadro de do-

ença da trabalhadora, e a responsabilidade subjetiva do banco neste quadro, em sua sentença determinou a imediata reintegração da bancária, em cargo compatível com a sua condição, sem prejuízo remuneratório, asseguradas todas as vantagens decorrentes, bem como que adote todas as providências para que a bancária possa usufruir de licença para tratamento de sua doença ocupacional, ou, assim não entendendo, seja determinado a concessão de assistência médica em seu favor.

Em caso de descumprimento o Santander será condenado ao pagamento de multa, no equivalente a cinco salários da funcionária, por dia de atraso, sendo este valor revertido à própria reintegrada".

A ação foi conduzida pelos advogados Castiel Ferreira de Paula e Kátia Pulling de Oliveira, do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao SEEB-RO.

PROCESSO  
0000269-25.2017.5.14.0003

## MAIS DESEMPREGO

## Caixa encerra 2016 com lucro de R\$ 4,1 bilhões e anuncia fechamento de agências

A Caixa Econômica Federal fechou o ano de 2016 com lucro de R\$ 4,1 bilhões, sendo R\$ 691 milhões no quarto trimestre. O desempenho operacional do banco mostra que a queda observada no lucro (líquido e recorrente de R\$ 298 milhões) foi um resultado contábil decorrente da baixa utilização de créditos tributários, fato observado em todos os maiores bancos brasileiros.

período.

A Caixa Econômica Federal informou no dia 28/3 que cerca de 100 a 120 unidades deficitárias passarão por uma intervenção neste ano. Ou seja, o presidente da instituição, Gilberto Occhi, durante entrevista coletiva em São Paulo, disse que as alternativas são fechamento, fusão, diminuição de estrutura ou remanejamento para outro local.

Contraf-CUT e Dieese

### FECHAMENTO DE POSTOS DE TRABALHO

O banco finalizou 2016 com fechamento de 2.480 postos de trabalho em doze meses, com um total de 94.978 empregados. Entretanto, o número de clientes em aumento em 4,1 milhões (+5%), totalizando 87,1 milhões em 2016. Foram fechadas oito agências no





## BANCO DA AMAZÔNIA

## Assinado o Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018

O Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018 conquistado na Campanha Nacional do ano passado na vitoriosa greve de 31 dias do Banco da Amazônia foi assinado na tarde do dia 16 de março, em Belém, durante reunião do banco com o Sindicato dos Bancários do Pará, Contraf-CUT e Fetec-CUT Centro Norte.

O ACT do Banco da Amazônia segue a Convenção Coletiva de Trabalho assinada com a Fenaban, que prevê 8% de reajuste mais abono de R\$3,5 mil, em 2016; além de 15% de reajuste no vale-alimentação e 10% no vale-refeição e no auxílio creche/babá. Para 2017, a Fenaban e o Banco da Amazônia irão repor integralmente a inflação (INPC/IBGE) mais 1% de aumento real nos salários e em todas as verbas.

Além disso o ACT do Banco da Amazônia assinado também garante 10% de reajuste nas faixas

de reembolso aos empregados com o custeio do Plano Saúde Amazônia, e em 2017 de INPC + 1% de ganho real, o que atende a uma bandeira histórica do movimento sindical bancário dentro da instituição.

## ACT PLR NÃO FOI ASSINADO

O Acordo Coletivo específico da Participação nos Lucros e Resultados do banco não foi assinado devido a falta de consenso com as entidades sindicais sobre as regras para distribuição da PLR, mais especificamente no que tange às interpretações sobre resultados de metas. As entidades pediram um tempo para analisar o caso junto com suas assessorias jurídicas e com o DIEESE.

O banco ponderou que precisa fechar acordo até o dia 23 de abril, devido a obrigações jurídicas relacionadas ao assunto.

*Bancários PA*



## CCT

## Bancos estão descumprindo cláusula

Devido ao descumprimento, por parte dos bancos, da cláusula 65ª da CCT, que implica o adiantamento emergencial de salários nos períodos especiais de afastamento por doença, a Contraf-CUT, federações e sindicatos insistem na retomada urgente deste assunto na próxima reunião da mesa bipartite de saúde do trabalhador com a Fenaban.

A cláusula estabelece as condições para o empregado utilizar-se dela: na ocasião de um primeiro afastamento e quando do retorno de uma licença médica (benefício cessado). No caso do retorno ao trabalho, se o trabalhador for considerado "inapto" e apresentar o PR (Pedido de Reconsideração) terá o adiantamento pago. A cláusula menciona também marcação da perícia inicial.

Porém o PR foi extinto pelo INSS, via a Portaria nº 152, de 25 de agosto de 2016. Em seu lugar a nova portaria prevê em seu artigo 2º que o segurado poderá interpor recurso à Junta de Recurso do Conselho de Recursos do Seguro Social – JR/CRSS, bem como entrar com novo pedido de benefício após 30 dias.

“Percebemos que, depois da extinção do PR, em muitos casos, os bancos não estão encaminhando os trabalhadores, quando retornam de um período de afastamento, para a realização do exame de retorno. O trabalhador é questionado se realmente vai voltar e que se não pode voltar nem precisa passar no exame de retorno. Alguns casos de



opção nem existe. Tal situação não tem nem previsão na legislação brasileira. Não podemos nem caracterizar o que a justiça chama de "limbo jurídico previdenciário ou trabalhista". Os bancos estão utilizando desse mecanismo para não pagarem o adiantamento emergencial aos empregados. E isso não pode ocorrer”, explica o secretário de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora da Contraf-CUT, Walcir Previtalo.

Quando os bancos encaminham para o exame de retorno ao trabalho e a decisão for inapto – não pagam o que prevê a cláusula, alegando a extinção do PR. O trabalhador somente pode requerer novo benefício junto ao INSS depois de 30 dias. E os bancos somente sinalizam com algo depois que o trabalhador passar por nova perícia médica do INSS, algo que pode demorar mais de 90 dias.

Segundo Walcir Previtalo em caso da não realização do exame de retorno ao trabalho, a integralidade do pagamento salarial ao empregado deve ser paga pelo banco, uma

vez que o contrato de trabalho foi reativado e o risco da atividade econômica é do empregador.

É importante aos sindicatos orientar os bancários/as a documentar-se caso tenha 'alta' do INSS, foi ao banco e não foi encaminhado para o exame de retorno. Neste caso, é preciso que o bancário/a tenha em mãos algum documento do banco que resguarde os seus direitos. “Ficar em casa aguardando um retorno do RH, por exemplo, um compromisso somente de 'boca' pode acarretar consequências imprevisíveis ao trabalhador – algo como ser surpreendido com um abandono de emprego”, lembrou o dirigente.

O tema da cláusula 65 da CCT foi pauta da primeira reunião da mesa bipartite de saúde do trabalhador com a Fenaban, realizada em 13 de março de 2017, onde foi cobrado a manutenção do salário do trabalhador enquanto perdurar a indefinição da situação previdenciária e de saúde do empregado e o cumprimento integral da cláusula 65ª da CCT.

*Contraf-CUT*

## Bancos brasileiros fecharam 2.535 postos de trabalho no primeiro bimestre de 2017

No primeiro bimestre de 2017, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os bancos brasileiros fecharam 2.535 postos de trabalho no Brasil. Esse saldo representa um crescimento de 223,75% em relação ao mesmo período de 2016, quando o saldo foi negativo em 783 postos de trabalho bancário. Os estados com mais postos fechados foram São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. A análise por setor de ativi-

dade econômica demonstra que os “Bancos múltiplos, com carteira comercial”, CNAE que engloba grandes instituições como Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram os principais responsáveis pelo saldo negativo, mas, a Caixa também apresentou saldo negativo relevante, como resultado inicial do Plano de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE), anunciado pelo banco em 07 de fevereiro de 2017.

A situação é ainda mais preocupante se lembrarmos dos números de redução dos últimos quatro anos. Em 2013, foram 4.329 postos de trabalho; em 2014, 5.004; em 2015, 9.886, e, em 2016, 20.553.

Nos últimos quatro anos observou-se a tendência de redução crescente de postos de trabalho bancário. A partir de 2014, o número de demissões e redução de postos de trabalho vem aumentando com velocidade. Os bancos demi-

tem e não contratam outro no lugar. Isto pode ser atribuído, com toda certeza a um rearranjo do mercado de trabalho bancário: os bancos estão fechando agências físicas e abrindo agências digitais, seguindo uma tendência de mudança no perfil dos clientes de bancos que utilizam cada vez mais meios eletrônicos para operar com o sistema financeiro.

A notícia é piorada pela constatação de que as contratações estão

concentradas em jovens até 24 anos (48%) e que as demissões atingem fortemente trabalhadores na faixa de idade entre 50 a 64 anos (29%). Num cenário onde se discute no Congresso o aumento do tempo de contribuição combinado com uma elevada idade mínima para a aposentadoria vai impedir muitos bancários de se aposentar.

*Contraf-CUT*



BANCO DO BRASIL

# BB apresenta novos dados sobre reestruturação e Contraf-CUT reivindica VCP Permanente



Conforme acordada anteriormente, aconteceu no dia 29/3, em Brasília, mais uma rodada de negociação entre a Contraf-CUT, representada pela Comissão de Empresa dos Funcionários e o Banco do Brasil, para tratar sobre a reestruturação e seus impactos para o corpo funcional. Nesta mesa o BB apresentou novos dados sobre a quantidade de funcionários que estão recebendo a Vantagem em Caráter Pessoal (VCP) por ter perdido o cargo ou ter sido realocado em cargo com salário inferior.

Segundo o BB, neste momento, 2266 funcionários estão com VCP integral e 1423 recebem VCP parcial. VCP integral significa que o funcionário está como escriturário. O banco também apresentou uma planilha com o cronograma de implantação das novas plataformas de PSO, que estão sendo instaladas no interior do país.

O banco informou que desde o dia 02 de março, 560 caixas que estavam substituindo há mais de 90 dias foram efetivados na função e que está corrigindo as diferenças salariais questionadas pelos funcionários por inconsistências no processo de reversão dos descomissionamentos de caixas, que ocorreram em 01/02.

Em relação aos dados sobre descessos, por cargos e por região, o BB informou que no momento não

informará, uma vez que não tem consenso sobre a entrega desses dados estratificados.

## PAS EVENTOS EXTRAORDINÁRIOS

O Banco informou que incluiu quem está em reestruturação no programa que permite adiantamento de até 5 salários pagos em 25 meses para cobrir situações de endividamento.

## PONTUAÇÃO DO CARGO ANTERIOR PARA NOVAS SELEÇÕES

A Contraf-CUT reivindicou novamente ao Banco que os funcionários que perderam os cargos tenham a pontuação do cargo anterior na inscrição para novos processos seletivos. O banco informou que ainda está estudando a demanda e tem prazo até o final do VCP para responder.

## PRORROGAÇÃO DE VCP

O BB informou que ainda não tem resposta sobre esta reivindicação e até o dia 02/05 dará resposta.

## DADOS SOBRE ADOECIMENTOS

O Banco apresentou dados preliminares sobre a quantidade de afastamentos por adoecimento nos últimos 2 anos, cuja análise ainda está sendo formatada para um me-

lhor debate sobre o assunto.

A Contraf-CUT levou ao banco uma preocupação com casos de suicídios de funcionários e, dada a importância por se tratar de um tema tão delicado, solicitou ao banco dados sobre óbitos de funcionários e que o assunto seja tratado na Mesa Temática de Saúde, que acontecerá nos próximos meses.

## CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS AGÊNCIAS QUE RECEBERAM CLIENTES MIGRADOS

A Comissão de Empresa levou ao banco os relatos de piora na qualidade dos serviços e das condições de trabalho dos funcionários lotados em agências que receberam os clientes das agências fechadas. A redução de funcionários fez que com que muitas agências passassem a conviver com situação de caos diariamente.

Para Wagner Nascimento, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários, embora as realocações tenham vários avanços, ainda são milhares os que ficaram sem seus cargos, além de outros milhares que tiveram realocação com perda salarial.

“Difícilmente teremos, num curto prazo, a realocação dessas pessoas. Por isso nossa reivindicação de VCP permanente e de extensão de VCP para 12 meses, no mínimo. En-

tendemos que o banco nomeou os funcionários na sua política de ascensão profissional e a retirada dos salários das pessoas é uma responsabilidade do banco”, afirmou

## GEDIP - ABERTURA DE PROCESSOS ANTIGOS

Os Sindicatos denunciaram ao banco que em muitos lugares estão sendo reabertos processos de GEDIP antigos de mais de cinco anos, trazendo dificuldades para que os funcionários façam suas defesas. Para a Contraf-CUT, o banco deve estabelecer um prazo de prescrição, para que não haja mal uso desse instrumento como forma de pressão sobre os funcionários.

## MODELO DIGITAL

Os representantes dos funcionários cobraram do BB soluções para problemas no Modelo de Atendimento Digital, os quais têm sido relatados com frequência pelos funcionários. Um deles é que os clientes migrados continuam demandando suas agências anteriores, piorando as condições de atendimento. O banco informou que isso pode ser devido à transição ou ao próprio comportamento dos clientes, mas que está acompanhando esses relatos para dar uma solução.

Também foram relatados problemas quando um mesmo cliente

demanda vários canais de atendimento e o atendimento em um deles mantém a pendência nos demais, sendo a baixa feita de forma manual, ou nem feita. O que prejudica a eficiência.

A Comissão de Empresa cobrou do banco novamente o cronograma de instalação dos escritórios digitais em todo o Brasil.

## NÃO PAGAMENTO DA VERBA EM CASOS DE REALOCAÇÃO

A Contraf-CUT relatou ao BB que há casos em que funcionários que haviam migrado para a jornada de 6 horas, recebendo a verba de ajuste do plano de funções, perderam o cargo e, realocados na mesma função, deixaram de receber a verba de ajuste. Foi cobrado do BB o acerto da folha de pagamento nesses casos.

## PRAZOS DE CCP E CCV

Vários sindicatos relataram que as Gepes estão solicitando prorrogação de prazo para atendimento às demandas de CCP e CCV em até 120 dias, além dos 30 dias do acordo. A Contraf-CUT solicitou ao banco que verifique a estrutura de atendimento, uma vez que é melhor a suspensão da CCP e CCV em todo o Brasil, já que o banco não tem condições de atender aos pedidos.

*Contraf-CUT*

**O AGORA NA PALMA DA SUA MÃO!**

Baixe o nosso aplicativo para **ANDROID** e **iOS**

- \* Verifique os dias de exames para o nosso parque aquático
- \* Veja as fotos dos nossos eventos e atividades em geral
- \* Leia nosso jornal impresso e matérias em tempo real
- \* Solicite a Segunda via do Cartão do Filiado
- \* Faça reservas para o Clube de Campo
- \* Acompanhe nossos Acordos Coletivos
- \* Assista a TV SEEB-RO
- \* Confira nossos convênios
- \* Fale conosco

AQUI para baixar para Android



AQUI para baixar para iOS

[www.bancariosro.com](http://www.bancariosro.com)



# A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É CONTRA VOCE!



Se for aprovada, a PEC 287 vai acabar com seu direito à aposentadoria. Veja alguns pontos desta proposta nefasta que é alvo da luta incessante do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO), que se une a milhões de trabalhadores em todo o país para combater essa e outras medidas do governo ilegítimo de Temer e sua base aliada no Congresso, como a reforma trabalhista e a terceirização sem limites que foi aprovada na Câmara.

## Adeus à aposentadoria!

A reforma da Previdência de Temer prevê idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, trabalhadores do campo e da cidade poderem se aposentar. E conforme subir a expectativa de vida no país, subirá essa idade mínima. Isso vai fazer com que muitos brasileiros morram trabalhando, sem direito à aposentadoria, inclusive os que começaram cedo.



As mulheres têm dupla jornada: no emprego e em casa. Trabalham em média nove horas a mais que os homens por que cuidam dos filhos. É injusto, portanto, igualar a idade mínima para aposentadoria entre homens e mulheres.

## Mulheres são as mais prejudicadas

## Contribuição: 25 anos

Os brasileiros terão de contribuir 10 anos a mais para o INSS se quiserem se aposentar. A reforma aumenta o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos.



## Reduz os valores dos benefícios

Quem conseguir se aposentar, vai ganhar bem menos. Hoje a regra da aposentadoria por idade é de 70% do salário de benefício + 1% a cada ano de contribuição. Passa a ser de 59% + 1% a cada ano de contribuição. E a atual base de cálculo é 80% do valor das maiores contribuições; com a reforma será o valor médio das contribuições de toda a vida do trabalhador (até as de salários mais baixos, de início de carreira).



## Aposentadoria integral será sonho impossível

Só vai ter direito a receber a aposentadoria integral quem contribuir por 49 anos para o INSS.

Assim, receber o teto do benefício vai ser um sonho impossível. No Brasil, em média, cada empregado faz 9,1 contribuições em 12 meses (dados de 2014), levando em conta desemprego, informalidade, ou trabalho autônomo. Assim, seria necessário trabalhar por 64,6 anos para alcançar a aposentadoria integral, o que aconteceria aos 81 anos para uma pessoa que entrou no mercado de trabalho aos 16 anos.



## Pensões e benefícios menores que o salário mínimo

As pensões por morte e os benefícios de prestação continuada (idosos em situação de pobreza extrema e pessoas com deficiência) não estarão mais vinculadas ao valor do salário mínimo. A pensão por morte, por exemplo, poderá chegar a apenas 60% do valor do mínimo. Isso deixará desprotegidos milhões de brasileiros e brasileiras que dependem da Previdência para sobreviver.



# COMPANHEIRO, NÃO LUTE SOZINHO!

Filie-se ao Sindicato e fortaleça a luta de toda a categoria

